

## **EIXO 2: Políticas de Educação Básica e de Formação e Gestão Escolar**

### **QUALIFICAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL: os primeiros passos do SEAP**

**Angela Regina Pires Costa** – UNIPAMPA  
[angela-costa@educ.rs.gov.br](mailto:angela-costa@educ.rs.gov.br)

**Maria Beatriz Luce** – UFRGS e UNIPAMPA  
[lucemb@ufrgs.br](mailto:lucemb@ufrgs.br)

#### **RESUMO**

Relato da experiência de implantação do Sistema Estadual de Avaliação Participativa, na 35ª Coordenadoria de Educação (São Borja, RS), que tem o propósito de “qualificação e democratização da gestão” para a “melhoria da qualidade da educação básica pública”. Destacam-se fundamentos e método do SEAP; o contexto regional e institucional do estudo; e o diagnóstico, cujo objetivo é compreender a realidade educacional para além dos indicadores quantitativos. Sendo os resultados ainda incipientes, salientam-se os indicadores aplicados por meio de uma metodologia participativa, compatível com a concepção de escola pública de qualidade social e gestão democrática da política educacional.

#### **INTRODUÇÃO**

A avaliação é um dos processos mais característicos e disseminados da educação e do fazer pedagógico. Historicamente, os professores avaliam seus alunos. Mais recentemente, ampliaram-se e diversificaram-se o objeto, o método e o uso da avaliação. A avaliação passa a ser compreendida também como uma importante política educacional, porque passamos a contar com avaliações institucionais e de larga escala, pelas quais se pretende retratar as próprias - e mais amplas - políticas educacionais, seja em escala local, nacional ou mesmo inter ou transnacional.

Como bem situou Lícínio Lima (2012, p. 15-16),

Da procura das “escolas eficazes” à produção de *rankings* de escolas, dos testes comparativos internacionais à avaliação do desempenho e à promoção diferenciada dos docentes, da avaliação institucional aos orçamentos competitivos, a avaliação é uma política educativa incontornável, típica do “Estado competidor” (Ball, 2007, p. 191) e do “governo pela avaliação” ou pela “notação, que caracteriza as democracias da “idade da desconfiança”(Rosanvallon, 2006, p.78).

Tal é o cenário globalizado; o Brasil, aí incluído, impõe-se a nós, pesquisadores e gestores das escolas públicas brasileiras, o desafio do debate teórico e da pesquisa empírica ao lado da prática de gestão democrática. É preciso enfrentarmos, com base em nossa realidade – mas sem descuidar dos estudos comparativos - questões de fundo, como a concepção de avaliação e de organização escolar, ou a articulação entre as políticas e as práticas de avaliação no sistema de educação e nas unidades escolares.

O estudo que aqui anunciamos, na forma de um relato de experiência inicial, insere-se nesta perspectiva. Por isso, apresentamos a política de avaliação que está sendo recém implantada pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul e os primeiros passos da avaliação institucional realizada em uma das regiões administrativo-educacionais dessa unidade federativa.

### **O SEAP/RS**

O SEAP/RS – Sistema Estadual de Avaliação Participativa, veio instituir uma nova política de avaliação no sistema estadual de educação do Rio Grande do Sul. Constitui-se como um conjunto de instrumentos de avaliação institucional que visa permitir um diagnóstico da rede estadual em todas as suas instâncias (Escolas, CREs e SEDUC), de modo a captar, analisar e representar a realidade educacional de forma mais abrangente e aprofundada que os indicadores ora utilizados (em geral, IDEB e resultados de provas de larga escala).

O processo de diagnóstico, como proposto, requer a participação dos indivíduos envolvidos no trabalho pedagógico e técnico-administrativo e seus resultados, visto que são os sujeitos do processo e, por conseguinte, os melhores conhecedores da realidade. Os instrumentos são cadernos compostos de dimensões, indicadores e descritores, definidos com elementos importantes para uma visão diagnóstica.

Fundamentam a proposta do SEAP, objetivos de qualificação e democratização da gestão educacional e de ensino público de qualidade social. De outra parte, que cabe às instituições escolares a elaboração e o contínuo monitoramento dos seus planos de gestão, pautada em método participativo e de cunho eminentemente pedagógico, emancipatório. Nessa visão, a adoção de procedimentos diagnósticos desta natureza permitiria a análise constante do processo de ensino-aprendizagem e dos seus resultados, a tempo com a utilização dessas informações como elementos para a reorganização e a ressignificação da prática escolar. Assim, a avaliação teria, em primeiro plano, sentido para os próprios sujeitos das ações de

ensino-aprendizagem e de gestão educacional, concorrendo para estabelecer uma cultura profissional e comunitária comprometida com o direito à educação em condições de equidade e de relevância social.

Desta forma, compreende-se a reflexão da comunidade escolar sobre as dificuldades e possibilidades de sua própria unidade e da Rede Estadual de Ensino como estímulo ao aperfeiçoamento dos profissionais da educação, das instituições e das políticas educacionais. Este seria o grande diferencial do SEAP/RS: envolver a comunidade escolar na produção de diagnóstico e de alternativas para qualificar a educação pública estadual (CADERNO DE AVALIAÇÃO Nº 1, 2012).

Os documentos oficiais de apresentação do SEAP indicam ainda que esta avaliação institucional também deverá contribuir para a consolidação de princípios e conceitos que fundamentam o trabalho na Rede Estadual de Ensino e estruturam o cotidiano das escolas, como gestão democrática, participação, conhecimento como construção do sujeito, avaliação emancipatória, dentre outros.

Apontam os dirigentes estaduais que o SEAP/RS vai ao encontro das orientações contidas na Resolução Nº 4/2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, sendo que o inciso II do art. 46 trata da avaliação institucional interna e externa no ambiente educacional e, o inciso III trata da avaliação de redes de Educação Básica, temas explicitados nos art. 52 e 53 da mesma Resolução. Para o CNE (2010, p. 16):

Art. 52. A avaliação institucional interna deve ser prevista no projeto político pedagógico e detalhada no plano de gestão, realizada anualmente, levando em consideração as orientações contidas na regulamentação vigente, para rever o conjunto de objetivos e metas a serem concretizados, mediante ação dos diversos segmentos da comunidade educativa, o que pressupõe delimitação de indicadores compatíveis com a missão da escola, além de clareza quanto ao que seja qualidade social da aprendizagem e da escola.

Art. 53. A avaliação de redes de Educação Básica ocorre periodicamente, é realizada por órgãos externos à escola e engloba os resultados da avaliação institucional, sendo que os resultados dessa avaliação sinalizam para a sociedade se a escola apresenta qualidade suficiente para continuar funcionando como está.

Contudo, é patente a noção de implantar o SEAP/RS em todas as suas fases – local, regional e estadual – significa concretizar um processo que reafirma a avaliação como um instrumento importante para explicitar os processos internos que ocorrem em cada instância – e destas com as demais - com o objetivo de diagnosticar qualitativamente e quantitativamente a Rede Estadual de

Ensino. Significa democratizar e qualificar a gestão, em sentido descentralizado e interrelacional; mas significa também qualificar a gestão, com aprofundamento do controle público, inovação e participação.

## **ESTRUTURA OPERACIONAL DO SEAP**

O SEAP/RS é constituído por um conjunto de cinco cadernos de avaliação, deste conjunto três cadernos (nº2, nº3 e nº4) estão explicitadas as dimensões, os indicadores e os descritores com suas respectivas pontuações, que avaliarão as escolas, CREs e o órgão central da SEDUC. Os demais cadernos (nº1 e o nº5) apresentam orientações e o roteiro de avaliações dos alunos.

São utilizados Indicadores do Processo de Avaliação. Indicadores Quantitativos apresentam um conjunto de informações com o objetivo de auxiliar os segmentos da comunidade escolar a conhecer melhor a escola como um todo. As informações são atualizadas e mostram dados sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em série histórica), função docente, taxas de aprovação, reprovação e abandono, por etapa de ensino. Indicadores Qualitativos consistem nas seis dimensões e seus respectivos indicadores e descritores, que serão avaliados de forma participativa pelos representantes escolhidos em cada fase do SEAP/RS, conforme orientações contidas no Caderno de Avaliação Nº 1.

Os Indicadores serão pontuados e justificados segundo os Descritores apresentados cuja descrição retratará cinco (5) gradações diferentes, conforme a seguinte explicitação:

**Valor 5** – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a *situação ideal* de sua existência objetiva, mostrando o Indicador em estado de excelência, e que, portanto, já se encontra na condição desejada.

**Valor 4** – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a *situação muito boa* da sua existência objetiva, mostrando que aquele indicador necessita pequena mudança, mas que caso não ocorra essa mudança isso não interfere em seu “*estado da arte*”.

**Valor 3** – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a *situação boa* de sua existência objetiva, mostrando que aquele indicador apresenta um potencial de mudanças para que se aproxime da condição desejada.

**Valor 2** – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a *situação precária* de sua existência objetiva, com os aspectos negativos sendo predominantes e que necessitam medidas imediatas para superação desta condição.

**Valor 1** – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a *situação crítica* de sua existência objetiva existindo apenas aspectos negativos, por essa razão necessitariam intervenções e mudanças estruturais para superação desta condição.

O processo de avaliação de cada fase acontece em três etapas distintas, com tarefas e constituição diferenciadas, mas simultâneas. Nas duas primeiras etapas deverão ser escolhidos os representantes que constituirão a Comissão Representativa de Elaboração e

Acompanhamento da Avaliação Institucional. A saber: Fase Local – Escolas; Fase Regional – Coordenadorias Regionais de Educação (CRES); e Fase Estadual – Secretaria Estadual de Educação (SEDUC).

A análise do SEAP/RS será realizada com a colaboração de Instituições de Ensino Superior, em um grande movimento de pensar as CRES, SEDUC e Escolas: sua gestão, sua prática pedagógica, suas condições físicas e materiais, fazendo um diagnóstico do sistema educativo gaúcho, com vistas a detectar suas limitações, seus avanços e suas possibilidades, para oferecer uma educação pública de qualidade social, e a partir destes diagnósticos promover mudanças de prática e direcionamento da política educacional necessárias, visando à melhoria da qualidade social da educação.

### **PRIMEIROS PASSOS NA 35ª CRE**

As orientações para a Fase Regional, a cargo da COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO levaram à elaboração do diagnóstico preliminar pelos coordenadores de cada setor da CRE. O diagnóstico foi feito a partir da análise das seis dimensões contidas no Caderno de Avaliação Nº 3 e dos indicadores quantitativos contidos no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>), mediante um roteiro para a elaboração e discussão do diagnóstico preliminar.

As Dimensões consideradas incluem os seguintes indicadores:

Dimensão 1: Planejamento e monitoramento de metas/ações; Socialização das informações com assessores e servidores; Mediação de conflitos que ocorrem no cotidiano da escola; Agilidade e prontidão na tomada das decisões, nos fluxos de processos, na execução dos programas e projetos; Utilização e atualização de dados nos sistemas de informações; Acolhimento adequado e ágil ao público em geral, respeitando a diversidade.

Dimensão 2: Condições adequadas de trabalho; Manutenção predial; Acessibilidade.

Dimensão 3: Suficiência, estabilidade e assiduidade dos assessores e servidores; Condições adequadas dos equipamentos de trabalho; Clima favorável no coletivo de trabalho; Práticas de separação de lixo.

Dimensão 4: Diagnóstico atualizado das escolas da Rede Estadual de Ensino; Assessoramento e monitoramento às políticas de acesso às vagas e de expansão das

vagas no Ensino Médio; Monitoramento às políticas de manutenção e qualificação da infraestrutura e modernização tecnológica das escolas; Assessoramento e monitoramento à política de gestão de pessoas; Política de formação continuada para os professores e servidores da CRE; Assessoramento e monitoramento às políticas que visam aumentar as taxas de permanência e de aprovação e o nível de proficiência dos alunos; Assessoramento e monitoramento às ações de apoio aos alunos com defasagem de aprendizagem e distorção idade/série; Assessoramento e monitoramento aos Programas de Alimentação Escolar, de Transporte Escolar, Ensino Médio Inovador, Mais Educação, PDE Interativo, Ensino Médio Politécnico, Escola de Tempo Integral, dentre outros; Assessoramento e monitoramento à política de inclusão e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE); Assessoramento e monitoramento à política para mediação de conflitos; autonomia financeira; Assessoramento e monitoramento da atualização de informações e da alimentação de dados realizadas pelas escolas.

Dimensão 5: Formação inicial e continuada dos professores; Participação dos profissionais em encontros de formação continuada com utilização dos aportes teóricos e metodológicos na prática profissional.

Dimensão 6: Suficiência de equipamentos e materiais para desenvolver o trabalho de assessoria; Assessoramento e monitoramento às questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras às escolas; Prática de interpretação e de uso dos indicadores oficiais de avaliação e resultados específicos das escolas.

Foram realizadas as seguintes etapas: Reunião (ões) do coletivo de cada Setor da CRE, para conhecimento, discussão e posicionamento em relação ao diagnóstico preliminar elaborado pelos coordenadores de cada Setor. Nas reuniões foram escolhidos um coordenador e um relator, que sistematizarão as propostas oriundas dos debates. Ao coordenador compete organizar a dinâmica dos trabalhos, de forma a possibilitar tempo para que as seis dimensões possam ser discutidas, e, no final da reunião, organizar o processo de escolha dos representantes daquele Setor para compor a Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da CRE, responsável pelo trabalho da terceira etapa do processo de avaliação institucional. Ao relator compete assessorar o coordenador, registrar o debate e, no final da reunião, apresentar a síntese da discussão submetendo-a a aprovação dos servidores.

A Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da CRE deverá ter no máximo dezoito (18) membros e expressar a pluralidade dos Setores da Coordenadoria Regional de Educação de forma equitativa. Observa-se que a participação dos membros do magistério público estadual será computada nos termos do Decreto nº 48.743/2011, Letra E2.

A seguir, a etapa de consolidação da avaliação institucional. Instalada a Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da CRE, integrada pelos representantes de cada Setor anteriormente escolhidos, inicialmente o Coordenador (a) Geral da CRE deverá acessar o SIMEC/RS on-line. Na sequência, foi escolhido um coordenador dos trabalhos, para organizar o processo de debate dos indicadores, um a um. A inserção da pontuação de cada indicador e sua justificativa no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>) compete ao Coordenador (a) Geral ou a um membro da Comissão designado por ele (a), assim como o processo de salvamento dos dados, tudo na presença da Comissão.

Após o debate e a inserção da pontuação e justificativa de todos os cinquenta indicadores, o Coordenador (a) Geral, na presença da Comissão, enviou a avaliação institucional. Este procedimento é realizado clicando no botão “concluir”, que se encontra no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>), no lado direito da página inicial do Caderno Nº 3. Para o preenchimento das pontuações e justificativa de cada indicador, que são em número de cinquenta (50), poderá ser necessário agendar mais de uma reunião.

As reuniões da 3ª etapa foram agendadas e informadas previamente a todos os membros da Comissão escolhidos e deverão ocorrer em dia e horário adequado à participação dos representantes escolhidos, fora do horário de expediente. Todas as reuniões deverão ter seus devidos registros, ou seja, ata contendo a lista dos participantes, discriminando os segmentos.

## **A ORGANIZAÇÃO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO**

A Secretaria da Educação do RS tem uma estrutura que conta com trinta (30) Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), sendo cada uma dessas responsável pelas políticas institucionalizadas em sua respectiva região. São atribuições das CRE: coordenar, orientar e supervisionar as escolas de sua jurisdição, oferecendo suporte administrativo e pedagógico para a viabilização das políticas públicas de educação. A Coordenadoria Regional de

Educação representa a secretaria na área de sua jurisdição, tendo competências de

DIMENSÕES	Ideal (05)	M. Bom(04)	Bom (03)	Precário (02)	Crítico (01)
-----------	------------	------------	----------	---------------	--------------

gerenciamento dos recursos humanos, de recursos financeiros e de infraestrutura.

Além disso, as CRE junto com as escolas buscam relacionar-se com alunos, famílias e a comunidade externa, por meio de oportunidades de diálogo e de ação cooperativa, com compartilhamento de informações e construção de conhecimentos ou projetos de interesse comum, integrando a escola à prática social.

### **A 35ª CRE**

A 35ª Coordenadoria Regional de Educação tem a sua sede no município de São Borja, na fronteira oeste, limítrofe à Argentina. Funciona com cinquenta e nove (59) profissionais da educação, além de pessoal de apoio. Atualmente tem sete municípios sob sua jurisdição: São Borja, Santiago, Unistalda, Capão do Cipó, Garruchos, Itacurubi e Maçambará. Atende, portanto, a trinta e cinco (35) escolas das zonas urbana e rural, com cerca de doze mil (12.000) alunos da Educação Básica e mil e duzentos (1.200) docentes em efetivo exercício.

Buscando qualificar o ensino/aprendizagem dos estudantes da rede, a 35ª CRE vem investindo fortemente na formação continuada dos professores, além da reestruturação do Ensino Médio e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Em manifestações públicas diversas, tem sido reconhecido que, apesar de todos os esforços, a região ainda enfrenta uma grande defasagem no que diz respeito à aprendizagem dos alunos, com altos índices de reprovação, no Ensino Médio e nos anos finais do Ensino Fundamental – o que motiva os projetos de reorganização institucional e pedagógica.

Quanto à qualificação da gestão, as equipes diretivas das escolas estaduais tem autonomia financeira, pedagógica e administrativa. Com isso, muitas ações são realizadas pelas próprias escolas, a exemplo de algumas das atividades de formação continuada, obras de pequeno porte, compra de equipamentos e outras ações educativas que sejam realizadas com recursos da conta da escola.

### **RESULTADOS INICIAIS**



1.Gestão institucional (16 indicadores)	02	09	03	02	0
2.Espaço físico de instituição (04 indicadores)	0	0	01	02	01
3. Organização e ambiente de trabalho (04 indicadores)	0	01	01	01	01
4. Políticas de acesso, permanência e sucesso na escola (20 indicadores)	08	02	03	07	0
5. Formação dos profissionais da educação (2 indicadores)	0	0	1	01	0
6.Práticas pedagógicas e de avaliação (04 indicadores)	0	0	0	04	0
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>09</b>	<b>18</b>	<b>02</b>

FONTE: SINTESE DO SEAP 35ª CRE/2012

Foram feitas várias reuniões na Etapa 1, fez-se reuniões de apresentação e explicação da Metodologia do Trabalho do Sistema de Avaliação Participativa, no início eram muitas as dúvidas sobre esta ação, os servidores da CRE levaram um tempo até entender o processo.

Após aconteceram as reuniões da Etapa 2, cada setor fez reuniões com todos os servidores do setor o Departamento de Recursos Humanos realizou 2 reuniões, o Departamento Pedagógico fez 3 reuniões e o Departamento Administrativo 3 reuniões, envolvendo todos os profissionais na naquele período eram 44 servidores. Nessas reuniões foram indicados quais servidores fariam parte da Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional.

Na Etapa 3 aconteceram as reuniões da Comissão, então eram sistematizados itens para se chegar a um consenso.

De forma geral a análise da tabela nos permite constatar que a avaliação da Dimensões:

**I GESTÃO INSTITUCIONAL** - Pode ser considerada positiva pois na pontuação há predomínio das situações ideal, muito boa e boa, pelas justificativas colocadas pelos servidores, a demanda de trabalho, e as múltiplas atividades de cada um é excessiva, sobrando pouco tempo para planejamento. A realização de reuniões com todo grupo é prejudicada pelo excesso de atividades nos setores.

II ESPAÇO FÍSICO DA INSTITUIÇÃO- Dos quatro indicadores avaliados dois pontos foram considerados precários, um bom e um crítico, demonstrando a necessidade de intervenção, o prédio não conta com itens de acessibilidade, e falta espaço físico para alguns setores. O prédio é locado, gerando neste aspecto uma resistência do administrativo do governo em investir em prédio locado.

III ORGANIZAÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO- Nesta dimensão a avaliação foi feita através de quatro indicadores. Cada indicador recebeu uma avaliação diferente excluindo apenas a situação ideal. Um dos problemas levantados foi a falta de recursos humanos, essa situação foi equacionada, registrou-se a falta de alguns equipamentos, como telefone, scanner, computadores, etc. De maneira geral constatou-se que existe um clima favorável para o trabalho coletivo.

IV POLÍTICAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO NA ESCOLA- Essa dimensão é que possuía um maior número de indicadores, totalizando vinte, observa-se um equilíbrio entre as situações ideal e precária, no entanto nem um indicador foi avaliado como crítico, as colocações dos servidores giraram em torno de aspectos positivos e negativos no negativo referiu-se que existe um bom monitoramento às escolas de abrangência, vários programas do Governo Federal e do Estado estão sendo implementados pelas escolas e acompanhados pela Coordenadoria, quanto ao aspecto negativo não está sendo possível um monitoramento das atualizações dos dados das escolas, como, taxas de aprovação, reprovação, número de alunos e quadro de recursos humanos.

V FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO- Apenas dois indicadores balizaram a análise dessa dimensão. Um foi avaliado com bom e o outro com precário. As formações não tem uma abrangência ampla, alguns assessores recebem capacitação no órgão central (SEDC), no entanto não há tempo hábil para socialização das informações recebidas.

VI PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DE AVALIAÇÃO- Nesta dimensão quatro indicadores foram avaliados, sendo que todos foram considerados precários. Segundo os servidores a falta de materiais, equipamentos e recursos humanos inviabilizam um trabalho mais qualificado.

A 35ª CRE, realizou a avaliação no mês de dezembro/2012, e pode-se constatar que foi um momento de muita aprendizagem para todos os profissionais da 35 CRE, todos os setores tiveram que fazer uma parada nos trabalhos diários e refletir seu cotidiano, e percebeu-se que

muitas coisas boas estavam sendo realizadas, mas também tínhamos problemas e dificuldades e que algumas mudanças deviam ser feitas para melhorar o trabalho da Coordenadoria.

As primeiras reuniões com os profissionais da 35 CRE foram bem complicadas, estava difícil dos colegas compreenderem o que estava acontecendo, e que tínhamos executar aquele trabalho, e que não era apenas responder um questionário, tínhamos que debater cada item e chegar a um consenso, foi necessário muita explicação e motivação para conseguirmos desenvolver o trabalho. Outro agravante na CRE era (é) a falta de pessoal e o acúmulo de trabalho de final de ano, os profissionais não queriam muitas vezes participar das reuniões por que não gostariam de deixar atrasar as tarefas rotineiras de seus setores.

Destacamos também que conseguimos motivar e mobilizar as escolas a realizar o SEAP/RS, e todas fizeram o trabalho proposto, mas não foi fácil, as dificuldades foram muitas, no mesmo período tivemos eleições de diretores, no início eles estavam mais preocupados com as eleições do que com o SEAP/RS, após passar o período eleitoral é que houve um envolvimento maior, mas mesmo assim tivemos dificuldades de toda ordem para conseguirmos concluir o processo com as escolas, desde de dificuldades em entender o que era para fazer, dificuldades montar as comissões, ninguém queria participar, problemas com o sistema, entre outros.

No início do mês de janeiro/2013, foi repassado um relatório às Coordenadorias com a situação da real do SEAP/RS. O relatório da 35 CRE estava fechado pois no que diz respeito a realização do processo, a 35 CRE e todas as escolas realizaram o processo e conseguiram colocar no sistema em tempo hábil, pois o sistema fechou no dia 31/12/2012.

Atualmente os dados enviados pela 35 CRE, encontram-se na SEDUC para serem sistematizado de acordo com o Art. 8º do Decreto 48./744, de 28 de dezembro de 2012, será criado o Comitê de Acompanhamento e Análise do processo de avaliação, composto por especialistas designados pelas Instituições de Ensino Superior devidamente conveniadas com a SEDUC, com a função de acompanhar o processo, analisar e interpretar os dados produzidos nas fases local, regional e estadual de avaliação.

## **REFERÊNCIAS**

CADERNO DE AVALIAÇÃO Nº 1- Orientações para Avaliação Institucional SEAP/RS. Secretária Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, outubro 2012.

CADERNO DE AVALIAÇÃO Nº 3- Itinerário Para Todos: Roteiro de avaliação Coletiva das Dimensões Institucionais da COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - SEAP/RS. Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, outubro 2012.

CASSASSUS, Juan. A escola e a Desigualdade. Brasília: Editora Plano: Inep 2002.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CEED nº 323/2009, 7 de abril de 1999. Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental e Médio para o Sistema Estadual de Ensino.

DECRETO Nº 48.744, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011, - Institui o Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Estado do Rio Grande do Sul –SEAP/RS.

LIMA, Licínio C. Elementos de análise organizacional das políticas e práticas de avaliação escolar. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). Avaliação em larga escala: questões polêmicas. Brasília: Liber Livro, 2012. P. 15-38.